



POLITIZAÇÃO DE MÃES E IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL DE 2016 A 2019

Gabriela Azevedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Com um quadro teórico baseado na Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Vogel, 2013), este artigo analisa movimentos sociais feministas brasileiros de mães, entre 2016 e 2019, com base num estudo de caso para explorar os impactos sociais das mediações financeiras para aceder à educação, reformas e saúde no interior das famílias. Parte-se da definição de financeirização de Lapavitsas (2013), que a explica como um processo complexo observado de formas diferentes em diversos espaços na contemporaneidade e que envolve o aumento de projeção do capital financeiro com impacto no quotidiano. Diante de tal quadro, colocam-se questões sobre o impacto da mediação financeira para o acesso a bens e serviços básicos na atual organização da reprodução social, nomeadamente: Quais são os impactos da desvinculação do Estado na reprodução social? Quais são as mudanças na vida das mães e como influenciam na sua mobilização política? Para responder a tais perguntas, a investigação conduzida combinou o quadro teórico com a proposta metodológica da pesquisa militante (Bringel & Varela, 2016), em análise tanto a partir de entrevistas realizadas com integrantes do Movimento Mães e Crias na Luta, como do estado da arte. Os principais resultados apontam para um aumento da carga de trabalho das mães, que precisam assumir tarefas antes mais partilhadas com o estado e performar trabalho remunerado para manter a subsistência familiar. Tal situação tanto retira tempo que estaria disponível para a militância política dessas mulheres, como também as impulsiona para pressionar coletivamente por mudanças. Assim, observou-se que a mobilização política do movimento estudado é entendida pelas integrantes como fundamental, daí estarem dispostas a fazê-la, ainda que exaustas.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social; Financeirização; Movimentos sociais.

POLITICIZATION OF MOTHERS AND THE IMPACTS OF FINANCIALISATION ON THE ORGANISATION OF LIFE IN BRAZIL FROM 2016 TO 2019

Gabriela Azevedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Abstract

Using a theoretical framework based on Social Reproduction Theory (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Vogel, 2013), this article analyses Brazilian feminist social movements of mothers from 2016 to 2019 with a case study to explore the social impacts of financial mediations to access education, pensions and health within families. It starts from Lapavitsas' (2013) definition of financialisation, which explains it as a complex process observed in different ways in different spaces in contemporary times and which involves an increase in the projection of financial capital with an impact on daily life. Given this situation, questions arise about the impact of financial mediation on access to basic goods and services in the current organisation of social reproduction: What are the impacts of the disengagement of the State on social reproduction? What are the changes in mothers' lives and how do they influence their political mobilisation? To answer these questions, the research is conducted by combining the theoretical framework with the methodological proposal of militant research (Bringel & Varela, 2016) in an analysis of both the interviews conducted with members of the Movimento Mães e Crias na Luta and the state of the art. The main results show an increase in the workload of mothers, who have to take on tasks that were previously shared with the state and perform paid labour to maintain the family's subsistence. This situation both takes time away from women's political activism and pushes them to press collectively for change. Thus, it was

observed that the political mobilisation of the studied movement is seen as fundamental by its members, which is why they are willing to do it, even if they are exhausted.

Keywords: *Social Reproduction Theory; Financialization; Social movements.*

Introdução

A desresponsabilização do Estado com a reprodução social é verificável na contemporaneidade ao redor do mundo. Ou seja, existe uma tendência no capitalismo atual do Estado se exima de responsabilidades de suporte à manutenção das condições de vida. Muito especialmente, as políticas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais não são estimuladas e as suas estruturas são subfinanciadas. Educação, saúde, cultura e habitação integram o rol do que é básico para uma vida com dignidade e o seu acesso depende da capacidade económico-financeira de cada núcleo familiar (Fraser, 2017).

No caso brasileiro, mudanças legais recentes ilustram o processo. As chamadas “reforma trabalhista” (Lei 13.467, de 13 de julho 2017) e “reforma da previdência” (Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019) trouxeram responsabilidades novas para as famílias e aumentaram a necessidade de obter rendimentos. Em relação à chamada “reforma da previdência”, por exemplo, à medida que o Estado atenua suas responsabilidades com os trabalhadores e trabalhadoras que estão momentânea ou definitivamente inativos, as famílias precisam fazer adaptações. Com o aumento do tempo de trabalho mínimo para a concessão de benefícios sociais a pessoas que se afastam do trabalho por doenças, é preciso providenciar rendimentos adicionais e os cuidados necessários, antes facilitados pelo acesso a políticas públicas¹. Por outro lado, ao flexibilizar direitos e formas de contratação com a “reforma

¹ Para situar o contexto, é importante definir que o Brasil possui políticas sociais de garantia de direitos fundamentais de forma universal (notadamente saúde e educação) a partir da constituição de redemocratização de 1988. Com os governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2002, há expansão de microcrédito para consumo e diversas outras medidas alinhadas às políticas neoliberais, em tentativa de fazê-las conviver com as garantias de acesso a bens e serviços essenciais para camadas mais pauperizadas da população (Lavinhas, 2017). Já a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), o avanço de políticas neoliberais tanto no executivo como no legislativo, ocorre em detrimento de mecanismos de redução das desigualdades sociais.

trabalhista”, o Estado legaliza e, assim, em certo sentido, fomenta a precarização dos vínculos de trabalho, o que gera a necessidade de mais rendimentos no agregado familiar para mediar o acesso a bens e serviços essenciais (Fraser, 2017; Azevedo, 2022).

Para reforçar o orçamento das famílias, todas as pessoas adultas precisam trabalhar. As mães² precisam realizar mais trabalho remunerado, além das suas tarefas não remuneradas de reprodução social, como cozinhar, lavar, cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência dos seus núcleos familiares. Como sujeitos históricos cuja experiência está centrada no trabalho reprodutivo, as mães têm menos experiência na formulação e proposição de demandas políticas do que os trabalhadores organizados em sindicatos, por exemplo. Paradoxalmente, elas também afirmam a sua agência política no momento em que parece ser mais difícil exercê-la/realizá-la: mães politizadas organizadas em coletivos têm denunciado na última década as consequências da financeirização nas suas rotinas diárias, com o endividamento familiar. Os números são altos: 78,3% das famílias brasileiras estão endividadas em 2023³. E a participação das mães na renda familiar não impede a expansão da financeirização na economia como um todo e nem o endividamento do núcleo que compõem, já que, conforme Lapavitsas (2013):

This phenomenon refers both to increasing debt (for mortgages, general consumption, education, health)

2 Sem promover o esquecimento das famílias não formadas com mães, trazemo-las por estarem presentes na maioria das formações familiares, e em quase metade delas como “chefes de família”. A esse respeito, ver a matéria da Folha de São Paulo sobre pesquisa DATAFOLHA publicada em 2023: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/7-em-cada-10-mulheres-sao-maes-no-brasil-metade-e-solo.shtml> e DIEESE, 2023: www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf

3 A esse respeito, ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc> e Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (<https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>)

and to expanded holdings of financial assets (for pensions, insurance, money market funds). Household financialization is associated with rising income inequality but also with the retreat of public provision across a range of services, including housing, pensions, education, health, transport and so on (p.800).

Está no âmago da ampliação do cenário de adoção de políticas neoliberais, por todo o mundo, o entrelaçamento destas com as finanças. Saad Filho (2015, p. 66) ressalta que não há na contemporaneidade um processo simples de recuo de capital produtivo e substituição por capital portador de juros, mas uma maior visibilidade e atuação do capital portador de juros (no qual o próprio capital industrial está embutido) nas definições estratégicas de Estado e da organização da reprodução social geral.

O presente trabalho busca preencher a lacuna dos estudos sobre financeirização e dos estudos sobre movimentos sociais, tanto no que se refere à condição de sujeito político das mães, quanto à sua caracterização como trabalhadoras que possuem uma experiência singular sobre o trabalho como um todo e a reprodução social, devido à sua participação *sui generis* no trabalho social reprodutivo. Nas seguintes seções serão apresentadas a revisão do estado da arte (seção 2) e também a descrição da abordagem metodológica, os resultados encontrados, bem como a sua discussão (todas as últimas na seção 3). A combinação metodológica da pesquisa militante com técnicas de história oral permitiu colher e analisar percepções das mães sobre a crise da reprodução social, os impactos da financeirização e as implicações para a sua politização na contemporaneidade.

Sujeitos da Reprodução Social entre a rua e a casa: um olhar sobre o Brasil

A reprodução social, aqui tomada enquanto o conjunto de tarefas e processos necessários para a geração e manutenção de pessoas, potenciais ou efetivamente participantes da força de trabalho é fundamental para a produção de valor no

capitalismo⁴. O tema tem sido estudado como potencial fator explicativo para as desigualdades de género, já que as mulheres, muito especialmente as mães, foram historicamente mais responsabilizadas pelo trabalho de reprodução social, associado aos núcleos familiares neste sistema socioeconómico. As mães gestam e geram (se forem mulheres cis e mães biológicas), cuidam de crianças e idosos da família, além de outras pessoas que demandem atenção específica como doentes ou pessoas com deficiência (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Vogel, 2013).

Dentro do campo de análise marxista, distintas vertentes participaram e participam do debate sobre o trabalho doméstico, com destaque a partir de 1969. Já que o trabalho de cuidar da regeneração diária e reposição geracional da força de trabalho extrapola o ambiente e as condições de produção de mercadorias, embora a mesma força de trabalho seja considerada uma mercadoria especial, colocou-se em questão se este trabalho geraria diretamente valor e se seria, portanto, produtivo, perspectiva defendida por exemplo, por Silvia Federici (2012). Outras questões adicionais também se apresentaram, inclusive quanto à própria denominação: trabalho doméstico (Benston, 1969), trabalho de cuidado (Hirata, 2014) ou trabalho de reprodução social (Bhattacharya, 2017)? E ainda quanto à caracterização da opressão de género em relação ao próprio sistema capitalista: há sistemas paralelos ou apenas um (Vogel, 2013)?

O trabalho de Lise Vogel (2013 [1983]) foi o precursor da Teoria da Reprodução Social, uma das perspectivas que apresentou respostas para as perguntas acima. Vogel apresenta os diálogos que a precederam de desenvolvimento da reflexão feminista e socialista e aponta diferenças em relação às materialistas/consubstancialistas (como Danièle Kergoat e Helena Hirata) e às autonomistas (como Silvia Federici, Mariarosa Dalla

Costa e Selma James). Enquanto autoras materialistas entendem que a opressão às mulheres resulta do encontro do capitalismo com um sistema específico de dominação de sexo/género, Lise Vogel (2013) sustenta que o capitalismo é um sistema unitário, ou seja, a reprodução social não ocorre em paralelo em outro sistema que oprime às mulheres, mas sim no interior do próprio capitalismo, o que significa reconhecer que as relações sociais capitalistas são co-constituídas por racismo, sexismo, entre outros elementos⁵.

O argumento de Lise Vogel (2013) diverge também do de Federici (2012) e de outras autoras autonomistas, para quem o trabalho de reprodução social gera valor diretamente e a consideração do contrário serviria a uma secundarização do problema e de seu enfrentamento. Segundo Bhattacharya (2017), Ferguson (2020), Varela (2021) e Vogel (2013), o trabalho de reprodução social não gera valor “capitalista”. O produto final do “ciclo” do trabalho de reprodução é a pessoa trabalhadora com sua força de trabalho. Para o funcionamento do capitalismo, a força de trabalho ativa e disponível é fundamental, a sua organização depende disso. Assim, o reconhecimento da ausência de geração do valor ao fim do ciclo não gera um decréscimo de importância do trabalho de reprodução social. Seu valor de uso, ainda que “capitalisticamente” improdutivo é crucial para a organização capitalista (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Varela, 2020).

Neste texto, no seguimento das considerações de Lise Vogel (2013), o trabalho de reprodução social é a terminologia adotada, já que abarca o trabalho doméstico, como também o cuidado realizado dentro e fora das casas, além de outras atividades, remuneradas ou não, ligadas à

4 Sobre as diferentes classificações do trabalho de reprodução como produtor de valor ou não, ver a crítica de Paula Varela (2021) que observa as diferenças entre autonomistas como Silvia Federici (2012) e a perspectiva marxiana da Teoria da Reprodução Social de, por exemplo, Bhattacharya (2017).

5 Esta perspectiva é relevante para compreender a distinção entre a Teoria da Reprodução Social e as leituras interseccionais. De forma simplificada, enquanto a cartografia, um cruzamento, uma intersecção serviriam para ilustrar o argumento interseccional do encontro de múltiplos sistemas de opressão que podem ter efeitos na vida de um indivíduo ou de uma colectividade, para a Teoria da Reprodução Social o rio, vivo, renovável, permanentemente co-constituído de múltiplos elementos, seria o melhor recurso (McNally, 2017, p.107).

reprodução, como o são, por exemplo, a saúde e a educação pública e privada. Reconhecer as mais amplas características no trabalho de reprodução social está de acordo com a própria identificação das mães como trabalhadoras, em todas as variadas e diferentes tarefas que exercem em suas jornadas diárias. A luta das mulheres-mães é permeada pela complexidade que é o desenvolvimento, a manutenção da própria vida. A sua construção como sujeito político, e, especialmente, seu reconhecimento público como parte integrante da classe trabalhadora é um processo em construção. A casa, em oposição à rua, foi o espaço de exercício das tarefas diárias das mulheres e das mães, portanto, já que ali se concentram muitas das tarefas de cuidado a elas relegadas.

No Brasil, a pouca participação das mulheres no espaço público republicano foi desafiada por elas mesmas com as lutas pelo direito ao voto, ao estudo, à livre escolha da profissão e possibilidade de exercê-la, pelo direito ao divórcio, entre outros⁶. Este processo, que se pode denominar como de “subjetivação jurídico-política das mulheres” levou a diversas transformações na legislação brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Não só a igualdade de gênero passou a ser um princípio constitucional como diversas garantias civis, penais e laborais acompanharam o reconhecimento das mulheres como plenos sujeitos de direito (Azevedo, 2022, p. 23-65).

O trabalho de reprodução realizado pelas mulheres afetou e afeta diretamente a sua disponibilidade de tempo para o exercício de outros trabalhos e para a mobilização política de ocupação do espaço público, por exemplo. Em contexto de

adoção de medidas neoliberais que demandam a mediação financeira para acesso a bens essenciais, as mulheres trabalham de diversas formas para manter as suas famílias. No dia de trabalho das mulheres que são mães, elas têm diante de si jornadas continuadas (trabalho reprodutivo gratuito e trabalhos variados remunerados, dentro ou fora da casa), por vezes na companhia ininterrupta de crianças pequenas sob seus cuidados. Elas não podem só integrar o mercado de trabalho e não podem não performar tarefas reprodutivas. Já no que diz respeito ao exercício activo da sua politização, que não é essencial à sobrevivência material, o tempo torna-se ainda mais escasso. No entanto, a militância feminista das mulheres-mães, espremida entre necessidades, persiste. A combinação da experiência nas tarefas reprodutivas não pagas com a experiência da inserção no mercado de trabalho formal e informal posiciona esses sujeitos, que além de terem gênero são também racializadas e territorializadas, de forma privilegiada para a compreensão da organização das relações sociais capitalistas, conforme desenvolvido por Bhattacharya (2017).

A militância dos sujeitos políticos mães não é nova no Brasil. Há estudos sobre grupos de mães que se organizaram durante a ditadura civil-militar contra o aumento dos preços dos bens essenciais, o chamado custo de vida (Sader, 2010). Há também estudos sobre mães que se organizaram coletivamente após a morte de seus filhos por agentes da segurança pública, já após 1988 (Vianna & Farias, 2011). Faltam, no entanto, análises sobre movimentos sociais de mães feministas em contexto de financeirização⁷, como a que se apresenta neste artigo.

A politização como desafio e necessidade

Nesta seção serão analisadas as entrevistas, que também integram a reflexão teórica, de acordo

6 Às mulheres da classe trabalhadora, com variações histórico-regionais, a participação na produção de mercadorias, para além do trabalho reprodutivo, se relaciona à necessidade de sobrevivência por vezes destoante da possibilidade legal, em formatos precarizados, como no caso das mulheres negras após o término formal da escravização. Essa participação no mercado de trabalho ocorre de forma precarizada, com remuneração mais baixa que a dos homens, tendo em vista a responsabilização das mulheres pela reprodução social e a divisão do trabalho desigual do ponto de vista do território, do gênero e da raça (Rocha et al., 2022, p. 11-54).

7 Há trabalhos também sobre os impactos da financeirização, inclusive a olhar famílias no Brasil (Lavinias, 2017) e em outros espaços (Suarez, 2020), mas não com o foco no sujeito político mãe.

com a abordagem metodológica adotada. Para Breno Bringel e Renata Varella (2016, p. 482), a pesquisa militante de movimentos sociais “passa a ser também uma investigação com/nos/a partir dos movimentos sociais, o que implica um descentramento na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo de pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador”, entre outros elementos. Na apresentação desta pesquisa, os testemunhos não só informam, como fazem parte do construto da reflexão teórica.

Foram realizadas entrevistas com dezasseis militantes de um movimento social materno, iniciado em 2015 no Rio de Janeiro, Brasil⁸. O Movimento Mães e Crias na Luta (MMCL) é composto por mulheres adultas, com diversas interações com o mercado de trabalho (funcionárias públicas, desempregadas, empregadas, trabalhadoras por conta própria); diversas situações de moradia (em aluguel, em imóvel próprio, a viver de favor) e de relacionamento (casadas, em uniões de facto, solteiras); com rendimentos familiares distintas (entre 2 salários mínimos e mais de 10); negras, pardas ou brancas; que são mães de uma ou mais crianças e/ou adolescentes.

Em entrevistas semiestruturadas individuais, realizadas on-line, entre 2020 e 2021, as participantes fizeram uma avaliação de que o declínio nas condições de vida das pessoas trabalhadoras na segunda década do século XXI, associadas à adoção de políticas neoliberais e aumento das dívidas familiares, era simultaneamente obstáculo e elemento propulsor da sua atividade política. R.C., branca, 36 anos, doula, analisa o Estado contra o qual se manifesta: “Quando a gente fala Estado, a gente está falando desse Estado que não cumpre o seu papel de fornecer educação, saúde, transporte, lazer, além de ser um Estado patriarcal.” Ela reconhece a dificuldade de manter uma atividade política intensa de forma continuada a partir das responsabilidades com tarefas reprodutivas assumidas pelas mães: “Às vezes a gente

consegue ter momentos em que a gente dá mais conta por conta da conjuntura, mas às vezes não. Se a gente fosse um movimento sem o peso da reprodução social, a gente seria um movimento linearmente engajado.” E segue no mesmo argumento: “Quando o movimento é formado só por mães e não há uma rede de apoio que viabiliza escapes da reprodução fica muito difícil.”

No mesmo ponto, E.P., negra, 38 anos, jornalista, retoma o filme *Mary Poppins* e avalia o que mudou na possibilidade de luta política para as mulheres-mães: “A gente já conquistou o direito ao voto e ao trabalho, só que a gente não deixou de ser mãe, de cuidar da casa. A gente lutou por uma série de coisas e agora acumulou nas nossas costas.” Ela avalia que essa dificuldade é própria da contemporaneidade: “Além de sermos provedoras e arrimo de família, continuamos a ser responsáveis pela reprodução da vida. Como atuar politicamente tendo tudo isso nas costas? Esse é o maior desafio que se coloca para um movimento como o Mães e Crias ou para qualquer outro movimento de mães.” E conclui, por fim: “Nós estamos sempre ocupadas, nós não temos tempo.”

S.O., negra, 44 anos, professora destaca que conciliar maternidade e trabalho remunerado já era um grande desafio para si, e sentia-se socialmente pressionada. Ela precisava levar as filhas consigo para o seu trabalho (uma escola pública) e não tinha outra pessoa na família com quem pudesse partilhar o trabalho reprodutivo: “A sociedade exige que você seja mãe, mas depois te culpa porque você é mãe. Eu me culpava pelo fato delas não terem tido muita infância: pegar ônibus cheio na ida e na volta, ficar muito tempo naquele espaço hostil”. A entrevistada diz que as crianças não eram bem acolhidas em seu espaço de trabalho e, por isso cobrava-se muito para ser tão boa no que fazia, que suas crianças fossem deixadas em paz. “Mas ainda sei que isso era um privilégio porque muitas mulheres não puderam levar seus filhos, tiveram que sair dos trabalhos ou então eram criminalizadas por deixar crianças de lado pelo trabalho. O trabalho de reprodução social é hostil. Cobra-se só da mãe (...)”.

Para a mudança da situação, elas identificaram, por exemplo, a necessidade de mudança na oferta

8 A pesquisa foi aprovada e realizada no âmbito de investigações doutorais no Laboratório de Estudos Interdisciplinar Crítica e Capitalismo - LEICC da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

diária de atenção às crianças nas escolas públicas. No Brasil, a escolarização pública é predominantemente oferecida em turnos de quatro horas diárias, o que leva as famílias a fazerem arranjos autônomos para cuidar das crianças no contraturno e enquanto realizam trabalho remunerado. Conforme H.F., negra, 37 anos, psicóloga, essa seria a principal pauta do movimento: “a questão da educação pública, laica, de qualidade, que contemple a jornada de trabalho, que seja uma educação maior do que 4 ou 5 horas por dia.” Segundo a entrevistada, com a educação integral seria possível “garantir segurança alimentar, garantir espaço de trabalho das mães”. A necessidade de obterem maior renda familiar esteve presente em todas as entrevistas.

As pautas do movimento são vistas pelas integrantes como muito amplas por englobarem demandas por direito à cidade, segurança alimentar, direitos reprodutivos, proteção integral à infância. M.S., branca, 38 anos, musicista, analisa que todos esses direitos se resumem ao “direito à dignidade, direito de existir plenamente.” O aprofundamento da financeirização, nesse contexto, é fator importante para a compreensão do rebaixamento da qualidade de vida, e que as demandas pela própria cidadania, sob impactos locais de adoção de políticas neoliberais se traduzem também em demandas por renda (Lavinias & Gentil, 2018).

Nesse sentido, uma das entrevistadas, H.F., afirma ao pensar na possibilidade de atuar politicamente: “a militância é custosa em todos os aspectos. Você precisa de dinheiro para ir à reunião. Se for levar criança, tem que ter comida, transporte, água.” E.M., parda, 46 anos, analista de sistemas, analisa que a territorialidade também tem papel fundamental. Ao pensar nos deslocamentos geográficos e sociais, ela afirma que tanto no movimento como em outros espaços de militância de que faz parte, “as reuniões são abertas, mas a galera da favela não vai.” T.S., branca, 39 anos, cozinheira, por sua vez relembra a dificuldade de unir mulheres-mães tão sobrecarregas e ainda distantes territorialmente. Para ela é mais difícil “porque não moram as mulheres próximas umas das outras” E ela entende, nesse contexto, “que o movimento do bairro funciona diferente”.

Do exposto acima, verifica-se que as entrevistadas apontaram desafios das mães que se querem ver politicamente ativas, nas ruas, dos encontros que acontecem entre diferentes militâncias maternas de mulheres que vivem no Rio de Janeiro e suas dificuldades. Para M.B, branca, 35 anos, professora, apesar de todos os obstáculos de um movimento só de mães, a unidade da experiência de ser mãe e ter um trabalho remunerado se sobrepõe a eventuais vantagens em outras configurações de militância política formadas com outros sujeitos: “Eu já tinha circulado por vários locais de militância: partido, organizações de bairro, e sempre houve desafios demais. (...) Em 2015, com minha filha, quando vi a questão das mães eu falei: “Caraca, meu lugar é aqui”.

A dificuldade de voltar para o mercado de trabalho formal após a licença de maternidade é uma realidade para metade das mulheres com empregos no Brasil (Machado & Neto, 2016). A partir deste dado, é possível observar também a contradição das exigências socialmente construídas para as mulheres, relatada pelas entrevistadas conforme acima: por um lado, é preciso que tenham rendimentos e assim contribuam para a sobrevivência familiar. Por outro lado, se mantem a expectativa de sua responsabilização pela reprodução da vida. Na fala de M.S., outra organização da reprodução social é apontada como saída para a situação atual: “E isso envolve espaço de cuidado comum das crianças, seja em creche, escola, outro espaço, espaço de nutrição das crias, possibilidade de trabalhar, seja liberdade de escolher ser mãe ou não (...)”.

Reflexões Finais

Há pontos de aproximação entre demandas de movimentos sociais maternos com as perspectivas dos comuns e do bem viver, como na fala de M.S. destacada anteriormente. A noção da coletivização dos cuidados com as crianças e de outras tarefas reprodutivas aponta para saídas não individualizadas para o estado de coisas atual. Ou seja, a combinação da desresponsabilização do Estado com a reprodução social (a partir de alterações

legislativas que diminuem a presença do Estado junto às pessoas que estão fora da força de trabalho e também no desinvestimento em áreas como saúde e educação, que demandam renda para acessar bens e serviços essenciais) com a sobrecarga dos indivíduos e famílias, desencadeia a crise de reprodução social, mais ampla do que uma crise dos cuidados (Fraser, 2017, p.21). E para essa crise, segundo propostas em harmonia com as políticas neoliberais reforçam saídas individuais, centradas em uma reprodução social a partir dos lares. O que as mulheres-mães demandam, no entanto, é o avesso. Em uma militância praticada por pessoas que se consideram já extenuadas, elas reivindicam maior coletivização. Essa possibilidade, emanada de práticas dos quilombos e dos povos originários na realidade brasileira passa a ser vislumbrada.

A coletivização da reprodução social a partir do compartilhamento amplo das rotinas de educação, cuidados e saúde, que se baseie em uma relação não predatória com a natureza, e organize a produção de bens para construir bem-estar não é conflitante com a análise das autoras da Teoria da Reprodução Social, ao contrário. O Estado se incorpora nessa coletivização ao organizar e oferecer serviços diversos da reprodução, como a escola, muito especialmente se esta atende ao horário de trabalho dos adultos da família. Bhattacharya (2017) alarga essa perspectiva ao propor que o Estado ofereça também serviços de lavanderia e alimentação coletivos, por exemplo.

No presente estudo, verificou-se que a mobilização iniciada pelas mães favoreceu o surgimento não só de oposição a políticas públicas e medidas legais específicas, mas permitiu que fossem imaginadas diferentes perspectivas de organização social. De acordo com Ferguson (2020), na relação necessária-porém-contraditória de dependência entre a reprodução da força de trabalho e a produção capitalista está a gênese da opressão às mulheres, mas não só isso. Ao analisar o capitalismo como totalidade, esta abordagem transpassa os limites do que seria uma teoria feminista, e interpreta as relações sociais capitalistas. A crise da reprodução aponta, por isso, para um problema extenso. No caso em análise, pode-se observar o cansaço das mães não como produto de suas

organizações de vida, mas como sinal de crise da organização capitalista como tal. As mães cansadas são mães-trabalhadoras cansadas, cansadas em seus múltiplos trabalhos. É da complexidade da classe trabalhadora contemporânea que se fala, portanto. Não basta incluir o gênero na análise, mas compreender a dinâmica de produção da classe, inclusive com as dimensões da racialização e territorialização (Bhattacharya, 2017). Os movimentos de mães, portanto, põem questões amplas, desde o aspecto relacional interno até o conteúdo e forma de luta política na atualidade. A produção de valor e a reprodução da vida são seus limites diários para agir e também os desafios que movem a sua imaginação política.

Referências bibliográficas:

- Azevedo, F. G. S. (2022). Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social. Tese de Doutorado. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Bethania Assy. Faculdade de Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Benston, M. (1973) The political economy of women's liberation. Reprinted from *Monthly Review*. Toronto: New Hogtown Press. Trabalho original publicado em 1969.
- Bhattacharya, Tithi. (2017) How not to skip class. In: Bhattacharya, T., ed., *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression*. p. 68-93. Pluto Press.
- Bringel, Breno. & Varella, Renata. (2016). A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 3(3), p. 474-489.
- Dalla Costa, Mariarosa & Selma James (1975). *The power of women and the subversion of the Community*. Falling Wall Press.
- Federici, S. (2012) *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. PM Press.
- Ferguson, Susan (2020). *Women and Work: feminism, labour and social reproduction*. Pluto Press.
- Fraser, Nancy (2017). Crisis of care? On the Social-Reproductive contradictions of contemporary capitalismo. In: Bhattacharya, T., ed., *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression*. p. 21-36. Pluto Press.
- Hirata, Helena (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1. p. 61-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005>
- Kergoat, Danièle (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos - CEBRAP*, n. 86. p. 93-103.

- Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S010133002010000100005&lng=en&nrm=io>
- Lapavistas, Costas. (2013) The financialization of capitalism: 'Profiting without producing', *City*, 17:6, 792-805, DOI: 10.1080/13604813.2013.853865
- Lavinas, Lena. (2017) *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. Palgrave Macmillan.
- Lavinas, Lena & Gentil, Denise (2018). Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Revista Novos estudos*, v. 37, n. 2, p. 191-211, mai.-ago. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/v37n2/1980-5403-nec-37-02-191.pdf>>
- Machado, Cecília & Neto, V. Pinho (2016) *The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil*. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf
- McNally, D. (2017) "Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory," in In: Bhat-tacharya, T., ed., *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression*. p. 94-111. Pluto Press.
- Rocha, C. et al (2022) Apresentação das tradutoras in Vogel, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução: Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE TRS)
- Sader, E. (2001). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4ª ed. Paz e Terra.
- Suarez, M. (2020): 'The Best Investment of Your Life': Mortgage Lending and Transnational Care among Ecuadorian Migrant Women in Barcelona, *Ethnos*, DOI:10.1080/00141844.2019.1687539
- Varela, Paula. (2021). Social Reproduction in Dispute: A debate between autonomists and marxists. *Spectre*, n.4.
- Vianna, A. & Farias, J.. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, (37), 79-116. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>
- Vogel, L. (2013) *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Leiden. Trabalho original publicado em 1983.

Gabriela Azevedo. Investigadora de Pós – Douto-ramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) – Departamento de História. Investigadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo (LEICC-UERJ) Doutora e Mestre em Direito (UERJ). Licenciada em Direito (UFRJ) e História (UNIRIO). E-mail: fazevedo@letras.up.pt. Ciência ID D11F-D507-66DB ORCID iD 0000-0002-9808-2547.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta de decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 25 de setembro de 2023